

Liceu de Artes e Ofícios do Recife: as complexas redes sociais que viabilizaram sua criação (década de 1870)

Marcelo Mac Cord

Pesquisador Visitante e Pós-Doutorando CECULT-IFCH-UNICAMP

Nos primeiros meses de 1870, D. Pedro II pediu a seus súditos e concidadãos que construíssem escolas primárias nas Províncias do Império. Para o Imperador, esta seria a maneira mais conveniente de a nação comemorar a vitória brasileira na Guerra do Paraguai, pois tais estabelecimentos de ensino teriam maior utilidade pública do que os lugares de memória *strictu sensu*, como estátuas e outros marcos históricos¹. A historiadora Alessandra Frota Martinez afirma que a temática da “instrução popular” foi intensamente discutida a partir dessa época. Além das questões relativas ao ensino dos rudimentos da escrita e da matemática para aqueles que estavam na base da pirâmide social, as elites letradas e proprietárias queriam enfim fortalecer a “moralidade” deste público através da sistemática aprendizagem de ofícios artesanais e agrícolas². No bojo daquele pedido imperial, existiu uma profunda preocupação com a ordem pública: desde a segunda metade da década de 1860, os debates sobre a emancipação dos cativos haviam deixado a esfera legislativa para ganhar os principais jornais³. O crescimento da população livre e pobre exigia que fossem estimulados novos projetos que contribuíssem para o controle social⁴.

¹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume I, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, p. 330-331. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província ao Exm. Sr. Conselheiro João José de Oliveira Junqueira à 27 de outubro último*, Pernambuco, Typographia de M. Figuerôa de Faria & Filhos, 1872, p. 12.

² Alessandra Frota Martinez, *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial – 1870 a 1889*, Niterói, UFF, 1997, dissertação de Mestrado em História, pp. 8-11, 50 e 83. Na década de 1870, também “generalizou-se o conceito de que a alfabetização dos cidadãos era essencial para moralizar a vida política do país”. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis: historiador*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p. 282.

³ Entre os anos de 1866 e 1871, o Império conheceu uma forte crise em suas “estruturas tradicionais de poder”. “Todo o processo [de debate e aprovação da Lei do Ventre Livre] foi vivido pelos contemporâneos com agudo sentimento de indeterminação em relação ao futuro”. Sidney Chalhoub, op. cit., pp. 41 e 137.

⁴ Na Corte, por exemplo, a “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” abraçou as “novas ideias” e criou a Escola Noturna de Adultos (1871) e a Escola Industrial (1873). Luiz Antônio Cunha, *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, 2ª edição, São Paulo/Brasília, Editora UNESP/FLACSO, 2005, pp. 138-142. Em 19 de maio de 1871, o governo imperial chancelou aquele primeiro estabelecimento de ensino (instalado na Rua do Ourives, número 1). Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo GIFL, Série Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Códice 1B1-47, maço 4ª seção, fl. 17

Em Pernambuco, o apelo de Sua Majestade Imperial sensibilizou, entre outros atores, a Associação Comercial Beneficente, entidade de classe que aglutinava alguns dos mais expressivos negociantes de grosso trato da Província. Para satisfazer a solicitação de D. Pedro II, os membros daquele grupo amealharam recursos para que fosse construída uma escola modelar. Neste estabelecimento de ensino, a *arraia miúda* da capital receberia algumas aulas básicas e profissionalizantes⁵. O público alvo daquela organização era composto por um enorme contingente populacional. Segundo o censo de 1872, quase 90% dos moradores do Recife eram livres ou libertos⁶. Ao mesmo tempo, como a Associação Comercial Beneficente era comprometida com o Trono, o projeto de uma escola básica e profissionalizante também poderia servir para conter o desenvolvimento de “ideias estranhas”. Naquela cidade, algumas teses republicanas que foram defendidas em 1817, em 1824 e pela ala mais radical do Partido da Praia reencontravam terreno fértil no alvorecer da década de 1870⁷.

No mesmo período em que as elites letradas e proprietárias pernambucanas discutiam novas estratégias de fomento à “instrução popular”, um importante grupo de auxílio-mútuo também militava em favor da instrução de parte da população livre e pobre recifense. Fundado por mestres de obras de pele escura, a mutualista foi oficializada em 1841. Na oportunidade, sua sede era o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. O Templo devotado ao Santo Carpinteiro era propriedade de uma irmandade embandeirada que congregava pedreiros, carpinteiros, tanoeiros e calafates. Naquele espaço do edifício religioso, depois de uma longa jornada de trabalho, os membros da mutualista (muitos eram irmãos de São José) tinham aulas noturnas de primeiras letras e geometria. Na década de 1860, a associação conquistou a mercê de montar uma escola particular, abriu suas aulas noturnas para o público em geral e aumentou o número de disciplinas oferecidas. No período em quadro, por conta de conflitos políticos com a confraria dona da Igreja de São

⁵ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversário, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), op. cit., p. 331.

⁶ Comparando os censos pernambucanos realizados nos anos de 1828, 1856 e 1872, percebemos que a população da cidade do Recife cresceu 248% entre os primeiro e último marcos temporais. Em contrapartida, observamos que, proporcionalmente, a população cativa tendeu a diminuir gradativamente no mesmo período. Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, Recife, 1822-1850*, Recife, Editora Universitária UFPE, 1998, pp. 74 e 85. José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*, volume II, Recife, Diário de Pernambuco, 1975, p. 643. Marcelo Mac Cord, *O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*, Recife, FAPESP/Editora Universitária UFPE, 2005, pp. 29-30.

⁷ Marc Jay Hoffnagel, *From Monarchy to Republic in Northeast Brasil: the case of Pernambuco, 1868-1895*, Indiana: Indiana University, 1975, tese de doutorado em História, pp. 128 e seguintes. Marc Jay Hoffnagel, “Rumos de Republicanismo em Pernambuco”, In: Leonardo Dantas da Silva (organizador), *A República em Pernambuco*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1990, pp. 157-179.

José do Ribamar, o grupo de auxílio-mútuo foi expulso do edifício religioso e organizou sua nova sede na Rua Direita, 18⁸.

Em finais da década de 1860, contudo, pouco antes das discussões sobre a “instrução popular”, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” vivia o clímax de uma crise institucional, fomentada por acirradas disputas de poder entre facções de artistas mecânicos que eram sócios. Por conta disto, a entidade artística havia perdido o compasso de sua “marcha progressiva” quando a conjuntura parecia ser das mais favoráveis aos seus projetos de controle do ensino das artes e dos ofícios. Prova da perda de rumos da associação é a presença de 36 Sócios Efetivos em seus quadros. Percentualmente, tal número representou uma significativa debandada de artífices registrados no Livro de Matrículas. Para piorar a situação institucional e as possíveis pretensões político-educacionais da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, dois importantes Sócios Honorários haviam falecido. Manoel Figuerôa de Faria, expoente membro do Partido Conservador e dono do *Diário de Pernambuco*, morreu em 1866⁹. Em 1869, as fontes disponíveis indicaram que foram realizadas as exéquias do Deputado Provincial Manoel de Carvalho Paes de Andrade¹⁰.

Atenta às novas conjunturas e temendo perder mais espaços políticos e pedagógicos por causa de seus tropeços e das circunstâncias, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” viabilizou uma espécie de conciliação, pois eram factíveis as possibilidades de a Casa assumir um lugar privilegiado no projeto mais recente de fomento à “instrução popular”. Uma das motivações para a atitude da mutualista foi o retorno dos conservadores, seus aliados históricos, ao comando político do Estado. Manoel do Nascimento Machado Portella, um importante patrono da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, passou a ocupar relevantes cargos no Poder Executivo¹¹. Ele era Sócio Honorário desde princípios da década de 1860 e havia assumido interinamente a Presidência da Província de Pernambuco em finais de 1869 (por consequência do afastamento do Conde de Baependi). No transcorrer de 1870, ainda encontramos Machado Portella na Segunda Vice-Presidência da administração de Frederico de Almeida e

⁸ Todo o processo de fundação e consolidação da mutualista está destrinchado em minha tese de doutorado. Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*, Campinas, Unicamp, 2009, tese de doutorado em História.

⁹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, Typographia Universal, 1882, pp. 668-670.

¹⁰ Augusto Victorino Alves Sacramento Blake, *Diccionario Biográfico Brasileiro*, volume 6, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, pp. 46 e 377.

¹¹ Os conservadores voltaram a dominar a cena política nacional a partir do Gabinete de 16 de julho de 1868. Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, 5ª edição, 2 volumes, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p. 1175.

Albuquerque¹². No final deste último ano, o bacharel continuou ocupando a cadeira de Vice-Presidente na gestão confiada a Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque. É interessante destacar que esse Conselheiro do Império fazia coro ao poder central, pois também elegeu a “instrução popular” como sua principal bandeira política na condução do governo pernambucano¹³.

A “instrução popular”: diálogos entre artífices e “boa sociedade”

Em meio às tentativas de reorganização da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e às vicissitudes políticas que marcaram o alvorecer da década de 1870, as fontes indicaram ter havido uma confluência entre o governo de Diogo Velho e o grupo de artífices que tentava retomar seus rumos. Nas atas da sessão ordinária de 8 de fevereiro de 1871, o Diretor Manoel Pereira de Hollanda, que era um mestre de obras pardo, comunicou aos seus consócios que fora convidado pelo Conselheiro para informá-lo sobre os “movimentos da Sociedade”¹⁴. Segundo os registros administrativos da associação, ao final da conversa com o perito, o Presidente da Província propôs uma reunião mais formal entre o governo e a entidade artística, a qual poderia ocorrer nas dependências da mutualista ou em “um dos Salões do Palácio”¹⁵. Depois de analisada a proposta de Diogo Velho, os sócios entenderam que seria mais produtivo que a autoridade pública fosse ao seu encontro. A sugestão acatada pela Casa foi oferecida e apoiada, respectivamente, pelos respeitados mestres de obras pernambucanos Rufino Manoel da Cruz Cousseiro e João dos Santos Ferreira Barros, que se definia como pardo¹⁶.

¹² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial e Agrícola da Província de Pernambuco para o ano de 1871*, p. 41.

¹³ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, Recife, Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871, p. 4.

¹⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 55v. O pernambucano Manoel Pereira de Hollanda entrou na associação no ano de 1843, quando tinha 22 anos. Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*, pp. 63-64.

¹⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 56.

¹⁶ *Idem*, *ibidem*. Cousseiro se tornou sócio em 1862. A partir de 1860, a cor dos sócios deixou de ser registrada no Livro de Matrículas da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. É provável que o perito tivesse a cor a escura, pois, no período em quadro, a cor do cidadão ou daqueles que lutavam por cidadania não é anunciada. Por sua vez, João dos Santos se associou em 1847, quando tinha 21 anos, e era um dos filhos do idealizador da mutualista, José Vicente Ferreira Barros. Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*, pp. 66, 171-172.

No dia 23 de fevereiro, o Conselheiro Diogo Velho foi recebido pela Mesa Diretora da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” com toda pompa e circunstância. Ratificando suas prioridades políticas, o Presidente de Pernambuco declarou à Casa que alimentava o desejo de instituir “uma aula industrial para a instrução dos artistas desta Província” e havia sido informado (talvez pelo próprio Machado Portella) sobre a existência e o escopo da mutualista¹⁷. Por isso, logo após tomar ciência sobre as preocupações pedagógicas da entidade artística, decidiu convocar seu Diretor para uma conversa e resolvera atribuir aos sócios a manutenção das lições industriais que propunha. Para tanto, por conta do “pouco espaço [que a associação tinha] para manejo de suas aulas”, oferecia à entidade “um salão que lhe foi concedido pelo Prelado do Convento de Santo Antonio”¹⁸. A Casa se comprometeu a discutir a proposta, e, em seguida, concedeu ao visitante o título de Sócio Benfeitor¹⁹.

O aprofundamento dos laços entre Sociedade e Diogo Velho ganhou visibilidade pública no dia 1º de março de 1871, quando foram abertos os trabalhos da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Em sua fala aos Deputados Provinciais, o Presidente da Província criticou a falta de estabelecimentos de ensino que propagassem “conhecimentos úteis entre os artistas e operários, no duplo interesse de sua elevação moral e adiantamento profissional”²⁰. Segundo o Conselheiro, além do Arsenal de Marinha, do Arsenal de Guerra e do Colégio de Órfãos, era digna de elogios a “Associação dos Artistas Mecânicos e Liberais, [que, apesar de sua importância, estava] em grande desalento [e] à míngua de proteção”²¹. O Conselheiro propôs aos legisladores que, diante da inexistência de recursos para a abertura de uma escola pública industrial, fossem “protegidas mais eficazmente as aspirações daqueles generosos artistas, aumentando a subvenção com que têm sido auxiliados por esta Assembléa”²². Assim, para satisfazer o pedido de Diogo Velho, o

¹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 59.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Idem, ibidem. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 15. Segundo a fonte, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque assentou com 40 anos, era paraibano, estadista e casado. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12.

²⁰ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, p. 15.

²¹ Idem, ibidem.

²² Idem, ibidem.

orçamento provincial de 1872 subiu de 2:000\$000rs para 3:000\$000rs a tradicional cota concedida aos sócios²³.

Preocupado com o fomento do ensino profissionalizante em Pernambuco, Diogo Velho também utilizou sua fala na Assembléia Legislativa para apelar ao “civismo da Associação Comercial Beneficente”²⁴. Segundo o Presidente da Província, era imperativo que os programas instrucionais de seu governo repercutissem em uma entidade onde “as boas ideias encontram sempre abrigo”²⁵. A tentativa de aproximação com os negociantes de grosso trato era estratégica, pois o Conselheiro sabia que a entidade que os representava havia amealhado recursos para fomentar a “instrução popular”. Diogo Velho declarou explicitamente seu interesse nesses recursos, ao afirmar que esperava “obter a sua aquiescência para aplicar [em projetos mais abrangentes de aulas industriais] o produto de uma subscrição que promoveu”²⁶. No entendimento do Presidente da Província, “assim cooperará ela [a Associação Comercial] conosco na obra meritória de abrir nesta capital uma fonte, embora tênue, onde se bebam as noções rudimentares das artes e ofícios”²⁷. O apelo foi ouvido: poucos dias depois, Diogo Velho foi discutir com os diretores da Associação Comercial Beneficente o destino dos 10:090\$000rs que haviam sido arrecadados²⁸.

O resultado do diálogo entre Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e a Associação Comercial Beneficente foi o planejamento da construção de um Palacete, que abrigaria o Liceu de Artes e Ofícios do Recife²⁹. Para que melhor compreendamos a opção da “boa sociedade” pernambucana por este tipo de escola, é preciso abrir um breve parêntese. Em 23 de fevereiro de 1871, o governo central aprovou o Decreto de número 4.701. A norma concedia ao Liceu de Artes e Ofícios da Corte o título de “Imperial”³⁰. A

²³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis Provinciais da Província de Pernambuco do anno de 1872*, Pernambuco, Typographia de M. F. de Faria, 1872, p. 26. As cotas anuais eram recebidas desde 1844. No tempo, elas foram paulatinamente aumentadas. Marcelo Mac Cord, *Andaimas, Casacas, Tijolos e Livros*.

²⁴ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco pelo Excellentissimo Presidente da Província Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1º de março de 1871*, p. 15.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ Idem, *ibidem*.

²⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12.

²⁹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 331.

³⁰ Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, *Colleção de Leis do Império do Brasil de 1871*, tomo XXXIV, parte II, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1871, p. 148. Em 1858, o Liceu de Artes e Ofícios da Corte foi fundado pela “Sociedade Propagadora das Belas-Artes”, que era composta por membros da “boa

mercê pretendia revalorizar as aulas deste estabelecimento de ensino, protegê-las e torná-las referenciais na remodelação das políticas nacionais de “instrução popular”. Além de os recifenses tomarem a congênere carioca como modelo, os soteropolitanos também seguiram pelas mesmas searas. Em 1872, a cidade do Salvador inaugurou sua própria escola homônima³¹. Para fecharmos o parêntese, podemos concluir que, depois do apelo de D. Pedro II, muitos representantes das elites letradas e proprietárias escolheram os Liceus de Artes e Ofícios como espaços privilegiados para a “moralização” e o “aperfeiçoamento” do cada vez maior contingente populacional urbano, livre e pobre³².

O novo projeto das elites letradas e proprietárias pernambucanas, que pretendia acelerar e generalizar a “instrução popular” por meio da abertura de um Liceu de Artes e Ofícios, seduziu diversos cidadãos e entidades provinciais. Tais atores logo trataram de oferecer mais dinheiro e/ou insumos para que o prédio fosse levantado o mais rapidamente possível. Dentre as mais importantes personalidades que doaram recursos para a execução do empreendimento escolar, merece especial destaque o Barão do Livramento. O nobre ofereceu aos idealizadores do Palacete o expressivo montante de 14:535\$157rs³³. Como o aristocrata também era um grande empreiteiro, podemos compreender seu interesse mais direto pelo “aperfeiçoamento” dos trabalhadores livres pernambucanos. Sem dúvida, o empresário do ramo das edificações também defendia os interesses de sua classe social. Uma escola profissionalizante do porte do Liceu de Artes e Ofícios poderia ajudar seus pares a controlar os processos de “moralização” dos recifenses mais pobres.

Concorrentemente à busca de donativos para o início das obras do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, seus idealizadores tomaram uma importante decisão. A “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” foi escolhida como mantenedora do futuro

sociedade”. Celina Midori Murasse, *A Educação para a Ordem e o Progresso do Brasil: o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856-1888)*, Campinas, Unicamp, 2001, tese de doutorado em Educação.

³¹ Em 20 de outubro de 1872 foi fundada a “Sociedade de Artes e Ofícios”, que também era conhecida por Liceu de Artes e Ofícios da Bahia. Os festejos ocorreram no Palácio do Governo, sendo conduzidos pelo Presidente da Província. O primeiro Diretor da mutualista foi o Desembargador João Antonio de Araújo Freitas Henriques, mesmo que o grupo fosse majoritariamente formado por artistas e operários. Em 1874, a escola recebeu o título de “Imperial”. Maria das Graças de Andrade Leal, *A Arte de ter um Ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1872-1996*, Salvador, Fundação Odebrecht/Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996.

³² Sílvia Maria Manfredi, *Educação Profissional no Brasil*, São Paulo, Editora Cortez, 2002, pp. 77-78. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo surgiu em 1882. A Sociedade Propagadora da Instrução Popular, que fundou a escola profissionalizante, atuava desde 1873. Maria Lucia Caira Gitahy, “Qualificação e Urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934)”, In: Maria Alice Rosa Ribeiro (coordenadora), *Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional*, 2ª edição, Campinas, Editora da Unicamp, 1986, pp. 19-118.

³³ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12.

estabelecimento de ensino³⁴. Como podemos inferir, esta medida significou, em novas bases, o cumprimento de uma promessa feita por Diogo Velho aos sócios, quando de sua primeira visita à Rua Direita. Indiretamente, podemos sugerir que o próprio Barão do Livramento influenciou o consórcio. A hipótese é verossímil. Em primeiro lugar, os artífices da associação eram reconhecidos como indivíduos “moralizados” e conviviam com o nobre em um mesmo mercado. O empresário mantinha estreitos contatos, por exemplo, com Teodoro Ramph, mestre de obras alemão que se associou em 1862³⁵. Nesta época, o perito estrangeiro participou de uma concorrência pública sob fiança do aristocrata³⁶. Por fim, outro argumento que apóia aquela conjectura foi a matrícula do Barão do Livramento como Sócio Benfeitor, fato ocorrido no processo em que os cruzamentos entre Sociedade e Liceu eram consolidados³⁷.

A indicação da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” como mantenedora do Liceu de Artes e Ofícios do Recife foi ratificada no encontro deliberativo do dia 16 de abril de 1871. Nesta data, os sócios foram informados da existência de uma ordem presidencial que determinava a compra de um terreno, para que nele tivessem início as obras do Palacete³⁸. Segundo Manoel do Nascimento Machado Portella, o governo provincial havia chancelado a aquisição da propriedade no dia 15 daquele mês³⁹. Lavrada no dia 20, a escritura dava direito de usufruto do imóvel ao grupo de artífices. Contudo, existiam cláusulas contratuais que ressalvavam que a mercê somente teria validade enquanto os sócios mantivessem suas atividades administrativo-pedagógicas⁴⁰. No mesmo dia em que ocorreu o registro cartorial, o grupo de artífices organizou uma festiva sessão

³⁴ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 331.

³⁵ Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 147. Em suas primeiras décadas, a associação recifense proibia a entrada de estrangeiros em seus quadros, por conta da competição por serviços. Na década de 1860, um novo estatuto abriu as portas do grupo para os estrangeiros, mas poucos foram aceitos pelas Comissões de Sindicância. Idem.

³⁶ Idem, pp. 185-186.

³⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12v. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 74 e 94v. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 22.

³⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 65v.

³⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 331.

⁴⁰ Idem, p. 332.

magna. Além de os artistas mecânicos discutirem as questões legais referentes ao consórcio entre Sociedade e Liceu, foram constituídas comissões para organizar os eventos públicos que comemorariam o lançamento da pedra fundamental do edifício dedicado à “instrução popular”⁴¹.

Poucos dias depois, na edição de 23 de abril, o *Diário de Pernambuco* informava aos seus leitores que, “às 5 horas da tarde”, ocorreria o lançamento da pedra fundamental do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios⁴². A folha conservadora fez um rasgado elogio ao significado simbólico da escola, “tão útil quão necessária nos países novos, como o nosso, que, por assim dizer, começam a viver a vida esclarecida que vivem desde longos anos os povos mais adiantados em todos os ramos de conhecimentos humanos”⁴³. Tendo em vista a importância deste juízo, de que existiam imbricamentos entre o futuro estabelecimento de ensino e os sentidos mais clássicos de “Civilização” e “Progresso”, vale a pena fazer um breve comentário. O espaço escolhido para a construção do edifício que seria devotado à “instrução popular” foi o Campo das Princesas, localizado na elegante freguesia de Santo Antonio. Na praça em questão estavam instalados diversos prédios públicos, como o Palácio do Governo e o Teatro Santa Isabel. A partir da década de 1870, segundo Raimundo Arrais, o Campo das Princesas “sagrou-se, para as elites, como o lugar mais apropriado para sediar os espetáculos públicos que davam o testemunho da civilização”⁴⁴.



FIGURA 1 – Fotografia tirada por Marc Ferrez em 1875. “Campo das Princesas, depois de ajardinada e protegida por um gradil de ferro. Vemos: o Teatro Santa Isabel, a Câmara Legislativa, recentemente

⁴¹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 66v-67v.

⁴² Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 23/4/1871.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Raimundo Arrais, *O Pântano e o Riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*, São Paulo, Hummanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 229.

terminada, o Ginásio [Pernambucano] e o Palácio do Governo”. Gilberto Ferrez, *Álbum de Pernambuco e seus Arrabaldes*, Recife, F. H. Carls, 19-?. Um dos marcos da transformação do Campo das Princesas em espaço pedagógico foi seu cercamento e ajardinamento, obra que foi concluída em 19 de outubro de 1872.

No dia 25, o próprio *Diário de Pernambuco* relatou o lançamento da pedra fundamental, que teria reunido mais de 4.000 pessoas no Campo das Princesas⁴⁵. Dentre os representantes das elites letradas e proprietárias que eram membros da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, estiveram presentes ao ato e fizeram discursos o Presidente da Província e Sócio Benfeitor Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, o Chefe das Obras Públicas e Sócio Honorário José Tibúrcio Pereira de Magalhães e o Presidente do “Club Popular do Recife” e Sócio Honorário Floriano Correia de Brito⁴⁶. Os dois últimos membros da entidade artística tiveram seus nomes registrados nos livros da associação na década de 1860. Na oportunidade, Brito era Deputado Provincial simpático à Liga Progressista. Pereira de Magalhães, 2º Tenente do Corpo de Engenheiros das Obras Militares⁴⁷. Ainda segundo o “Termo de Assento da 1ª Pedra”, este último sócio foi o autor da planta do Palacete. O documento ainda registra que estiveram na festividade, entre outras autoridades, alguns vereadores, deputados provinciais, deputados gerais, o Comandante Superior da Guarda Nacional e Chefe de Polícia⁴⁸.

Logo após o ato público que formalizou a abertura do canteiro de obras do Palacete do Liceu de Artes e Ofícios, é provável que tenha havido alguma comemoração mais reservada no “Club Popular do Recife”, por causa da falta de espaço físico apropriado na sede da Rua Direita. Ao menos, esta sugestão havia sido feita pelos sócios na sessão magna que ocorreu no dia 20 de abril⁴⁹. O Diretor Manoel Pereira de Hollanda, por exemplo, que era membro do grêmio, poderia ter feito a proposta⁵⁰. Caso o brinde tenha realmente ocorrido naquele outro espaço, é interessante perceber que o projeto de criação do estabelecimento de ensino dedicado às artes e ofícios uniu conservadores e liberais em

⁴⁵ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 25/4/1871.

⁴⁶ Idem, *ibidem*. Para melhor conhecer os processos que levaram tais cidadãos à “Sociedade dos Artistas Mecânicos e liberais”, consultar minha tese. Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*.

⁴⁷ Por motivos incógnitos, Pereira de Magalhães e Brito rejuramentaram em 1871. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fls. 12-12v.

⁴⁸ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Diário de Pernambuco*, 25/4/1871.

⁴⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 67.

⁵⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 30/5/1874. Das centenas de sócios arrolados em ordem alfabética, o artífice surgiu na posição de número 392.

torno da “moralização” da população livre. Os políticos que lideravam a festa eram conservadores, mas os *Estatutos do Club Popular do Recife*, publicados em 1869, estipulavam que somente os liberais poderiam compor os quadros da entidade⁵¹. O objetivo central da agremiação era, entretanto, “doutrinar o povo nos princípios políticos e sociais” vigentes⁵² - ponto que os aproximava dos conservadores. Outra prova do interesse dos liberais naquela escola foi uma expressiva reportagem publicada no *Jornal do Recife*, que reportou seus leitores aos festejos de 23 de abril⁵³.

Terminadas as comemorações que ocorreram no Campo das Princesas, alguns sócios que eram artífices demonstraram certo descontentamento com as dimensões projetadas para o Palacete. Por conta disto, apesar de oficialmente aberto, o canteiro de obras ficou parado. Em junho de 1871, Manoel do Nascimento Machado Portella, Presidente interino da Província, e Manoel Pereira de Hollanda, Diretor da Sociedade, discutiram a problemática. O resultado deste encontro foi uma autorização para que outra planta fosse feita. Além de espaços para estudos teóricos, o Liceu de Artes e Ofícios também deveria contemplar acomodações para aulas práticas e exposições⁵⁴. João dos Santos Ferreira Barros entregou seu projeto arquitetônico para análise da Casa e das autoridades, mas as fontes disponíveis impedem saber se o desenho foi aprovado⁵⁵. Entretanto, como o mestre de obras foi escolhido para assumir a administração da empreitada, existe a possibilidade de que pudesse supervisionar a execução de seu próprio risco (projeto)⁵⁶. Independente de termos certeza sobre isso, as mudanças na planta fizeram

⁵¹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16, *Estatutos do Club Popular do Recife*, Recife, Typographia Mercantil – de C. E. Muhlert & Cia, 1869, p. 5. O “Club Popular do Recife” foi criado em 1869. Em 10 de maio, Floriano Correia de Brito enviou seu primeiro estatuto para a análise do Presidente da Província (exigência da legislação imperial de 1860, vista oportunamente). Depois dos trâmites legais, o documento foi aprovado em 12 de agosto. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Coleções Particulares, Clubes e Agremiações, maço Club Popular do Recife, fls. 1-3.

⁵² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Folhetos Raros, Caixa 16, *Estatutos do Club Popular do Recife*, p. 3.

⁵³ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, “Lyceu de Artes e Offícios”, *Jornal do Recife*, 25/4/1871. No início da década de 1870, a folha em foco ainda tendia aos princípios liberais. Sylvana Maria Brandão Vasconcelos, *Ventre Livre, Mãe Escrava: a reforma social de 1871 em Pernambuco*, Recife, Editora Universitária da UFPE, 1996, p. 75.

⁵⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 93-93v. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. No final da década de 1880, a falta de espaços exigiu que fosse construído um novo prédio, pois faltaram espaços físicos para comportar algumas oficinas. Arquivo Nacional (AN), Rio de Janeiro, Fundo GIF1, Série Ministério do Império, Códice GIF1 5C-453, fls. 656 e 662.

⁵⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 98-98v.

com que o orçamento original quase que triplicasse. De 40:000\$000rs, os custos saltaram para 104:000\$000rs⁵⁷.

Redefinida a planta do Palacete, os idealizadores do Liceu de Artes e Ofícios foram mais uma vez arrecadar recursos junto aos pernambucanos. Neste ínterim, mais precisamente no mês de setembro, o barracão que guardaria os materiais da empreitada foi finalmente construído. Para confeccioná-lo, foram reutilizados as ferramentas e demais objetos que a Câmara Municipal do Recife comprara para desmanchar um prédio recentemente incendiado⁵⁸. Como as sobras do serviço ficaram sob a guarda da Repartição de Obras Públicas, o Diretor José Tibúrcio Pereira de Magalhães liberou o material para que seus colegas de “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” fizessem aquele almoxarifado. Em novembro, concluídos todos os preparativos para o início das obras do Palacete, João dos Santos Ferreira Barros começou a trabalhar em seus alicerces⁵⁹. Entretanto, como o novo projeto feria o planejamento espacial da cidade, os vereadores do Recife impugnaram a obra em meados de dezembro⁶⁰. Pressionados pelos patronos da associação, a municipalidade alterou parte da planta da cidade em janeiro de 1872. Desta forma, a execução do projeto modificado seguiu sua marcha⁶¹.

No encontro deliberativo do dia 16 de abril de 1871, a Mesa Diretora da “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também comunicou aos sócios outra importante mercê governamental, além da aprovação da compra do terreno que abrigaria o Liceu de Artes e Ofícios. O Presidente da Província Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque havia articulado apoios financeiros para que a mutualista ocupasse uma nova e mais espaçosa sede, enquanto durassem as obras do Palacete do Campo das Princesas⁶². Neste sentido,

⁵⁶ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 333.

⁵⁷ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório com que o Exm. Sr. Manoel do Nascimento Machado Portella passou a administração desta Província*, p. 12. Há referências de que o segundo orçamento foi de 124:000\$000. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-59, fl. 43.

⁵⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Ofícios do Presidente da Província à Câmara Municipal do Recife, códice 1869/1871.

⁵⁹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880”, *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880, In: José Antônio Gonsalves de Mello (organizador), p. 333.

⁶⁰ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Obras Públicas, Códice OP-48, fl. 396.

⁶¹ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Atas da Câmara Municipal do Recife, Atas da Câmara Municipal do Recife, 1870-1872, fl. 149v.

⁶² Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 65v.

nos dias 12 e 14 de maio, os artífices discutiram e aprovaram o aluguel de uma casa bastante ampla e com muitos cômodos, localizada na Rua da Imperatriz, 17⁶³. O próximo endereço da entidade artística era um importante ponto de concentração do comércio a retalho da próspera freguesia da Boa Vista. O contrato da sede provisória da associação rezava que Carlos Walter, proprietário do imóvel, receberia a pequena fortuna de 1:000\$000rs mensais pelo negócio⁶⁴. O alemão tinha 38 anos, era casado, exercia o ofício de relojoeiro e se tornou Sócio Profecto poucos dias antes de fazer o acerto patrimonial com a diretoria da Casa⁶⁵.

No transcorrer do processo em que os artífices discutiram a locação do imóvel localizado na Rua da Imperatriz, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” também procurou construir laços com o Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Corte. Como podemos deduzir pela leitura das fontes, esta seria uma forma bastante conveniente de a associação recifense se legitimar institucionalmente junto à congênere carioca. Em 9 de maio de 1871, a Casa aprovou a indicação do nome de Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, Diretor daquela tradicional escola profissionalizante, para Sócio Correspondente⁶⁶. O arquiteto foi o idealizador da “Sociedade Propagadora das Belas-Artes”, entidade que apresentei em notas anteriores. O respectivo diploma foi anexado a uma carta endereçada ao bacharel. Ela apresentava o grupo pernambucano e solicitava “uma descrição concernente à disciplina que se dá aos alunos [da capital do Império]”⁶⁷. A correspondência foi escrita no dia 14 daquele mês, sendo assinada pelo Diretor Manoel Pereira de Hollanda. Os papéis

⁶³ Idem, fls. 78 e 79. Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, Francisco Augusto Pereira da Costa, *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua installação pelo director da mesma sociedade*, Recife, Typographia d’A Província, 1891, p. 20.

⁶⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 78 e 79.

⁶⁵ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 7. Livro de Matrícula dos Sócios da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1862-1871, fl. 14. É provável Teodoro Ramph tenha indicado Carlos Walter para a associação. Na mesma data em que o mestre relojoeiro entrou na entidade artística, Herman Walter, seu irmão mais novo e oficial do mesmo ofício, recebeu o título de sócio. Na matrícula, o caçula tinha 28 anos e era solteiro. É interessante notarmos que Herman desposou a neta de Ramph. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Cartório de Órfãos do Recife, COR2, Caixa 348, “Inventariado: Theodoro Ramph; Inventariante: Carolina Ramph (esposa)”, fls. 4v e 16.

⁶⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 75v. No registro, o nome do dirigente do Imperial Liceu de Artes e Ofícios da Corte foi grafado incorretamente. Encontramo-lo como Francisco José Bithencorte da Silva.

⁶⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).

seriam entregues a Bethencourt por Diogo Velho, que, ao deixar a Presidência da Província no dia 3, anunciou que brevemente seguiria viagem ao Rio de Janeiro.

No mês de junho, a “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” finalmente trasladava seus pertences para um espaço urbano mais pomposo e de maior visibilidade pública. Na ocasião da mudança para a ampla sede da Rua da Imperatriz, novos móveis e utensílios (de uso geral e escolar) foram comprados pela Casa e doados por terceiros⁶⁸. Em meio a todo este movimento renovador, a Mesa Diretora destratou o contrato de aluguel do sobrado da Rua Direita e as aulas noturnas tiveram que passar por uma importante e necessária reestruturação⁶⁹. A bibliografia especializada afirma que as atividades pedagógicas do Liceu de Artes e Ofícios do Recife somente foram iniciadas em 1880, quando da inauguração do Palacete do Campo das Princesas⁷⁰. Entretanto, as fontes indicaram que, desde inícios da década de 1870, o estabelecimento de ensino devotado aos saberes artísticos passou a funcionar no logradouro que homenageava D. Tereza Cristina, esposa de Sua Majestade Imperial: basta verificar os artigos publicados em diversos jornais, as atas da própria associação e os relatórios elaborados por Presidentes da Província e Diretores da Instrução Pública⁷¹.

O controle do Liceu e da Sociedade

O consórcio entre “Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e Liceu de Artes e Ofícios do Recife reacendeu algumas expectativas nos artífices associados. Desde o fim das corporações de ofício, com a outorga de Constituição de 1824, era concreta a possibilidade de os herdeiros dos misteres artesanais recuperarem o monopólio na

⁶⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 91v.

⁶⁹ Idem, fls. 93v e 98.

⁷⁰ Silvia Maria Manfredi, op. cit., p. 78. Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 122.

⁷¹ Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *Falla com que o Exm. Sr. Dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda Presidente da Província abriu a sessão da Assembléa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*, Recife, Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1879, p. 16. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Relatório que ao Presidente da Província apresentou em 31 de janeiro de 1876 o Inspector Geral da Instrução Pública João Barbalho Uchoa Cavalcanti*, Pernambuco, Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1876, p. 17. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de janeiro de 1877 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti*, Pernambuco, Typographia de M. de Figuerôa de Faria & Filhos, 1877, p. 13. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 34v (como este códice apresenta problemas de numeração, o pesquisador atentará às respectivas duplicidades). Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 15/1/1875 e 1/2/1875.

formação dos artistas mecânicos (mesmo que em bases mais liberais e escolarizantes). Entretanto, independentemente da possível consolidação deste projeto de médio ou longo prazo, é importante destacar o renovado e mais proeminente interesse das elites letradas e proprietárias pernambucanas nos destinos do grupo fundado em 1841. Neste sentido, é emblemática a filiação de D. Pedro II em 1871, quando aceitou o título de Sócio Benfeitor e concedeu o título de “Imperial” à mutualista⁷². Isto posto, parece pertinente que o leitor questione a continuidade da hegemonia dos mestres de ofício (fossem descendentes de africanos ou não) na Mesa Diretora da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Ainda movido por dúvida semelhante, também parece factível que políticos e bacharéis tenham tomado de assalto a direção e o quadro docente do Liceu de Artes e Ofícios, pois pretendiam “civilizar” a grande massa de trabalhadores livres e pobres da capital da Província. De fato, teria isto ocorrido?

Para responder a intrigante pergunta, observemos primeiramente a composição da Diretoria das Aulas do Liceu de Artes e Ofícios do Recife. Em 1871, o mestre torneiro Felix de Valois Correia, que se tornou sócio em 1859, foi escolhido para ocupar o mais importante posto da escola profissionalizante⁷³. O artífice pernambucano tinha experiência pedagógica para aceitar o desafio. No transcorrer da década de 1860, o associado estudou no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, lecionou Primeiras Letras para seus colegas, foi aprovado no concurso para Professor Público de Instrução Primária e assumiu a cadeira interiorana da Vila de Cimbres (transferindo-se para Pedra Tapada)⁷⁴. No ano de 1870, o artesão havia acumulado ainda mais *status*. O Delegado Literário de Limoeiro fez acalorados elogios “ao zelo e dedicação” de Valois, docente público que conseguia “brilhante resultado [sem empregar] castigos corporais em seus discípulos”⁷⁵. O destaque do sócio lhe valeu uma imediata promoção para a 4ª Cadeira da Freguesia da Boa

⁷² Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 289 e seguintes.

⁷³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fls. 65v e 82v.

⁷⁴ Marcelo Mac Cord, *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros*.

⁷⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-24, fls. 6-8. Desde meados da década de 1850, existiram defensores do fim dos castigos corporais nos processos educativos. Eles seriam meios disciplinares indesejados. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Abílio Cezar Borges, *Vinte annos de propaganda contra o emprego da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade*, Rio de Janeiro, Typographia Cinco de Março, 1876.

Vista, localizada no Recife⁷⁶. Certamente, o novo local de trabalho permitiu que Valois aceitasse a direção do Liceu e nela se mantivesse pelo menos até 1874⁷⁷.

Nas ausências do torneiro, José Vicente Ferreira Barros Junior deliberou como Diretor interino⁷⁸. O mestre carpinteiro pardo era o filho mais velho do idealizador da mutualista, entrou no grupo em 1847, quanto tinha 23 anos, e tinha uma sólida carreira pedagógica. Na década de 1840, o perito das artes mecânicas fez seus estudos secundários no respeitado Liceu Provincial. Nos anos de 1850, assumiu a cadeira de Geometria da Sociedade e as aulas públicas primárias de Nossa Senhora do Ó, em Olinda. Em 1868, José Vicente Júnior pediu transferência para o subúrbio recifense de Apipucos. A mudança de regência foi deferida pelo Diretor da Instrução Pública. A autoridade justificou sua atitude dizendo que o lente era “um homem sisudo e cumpridor de seus deveres, como provam os atestados que apresenta de diversos vigários que têm estado na freguesia de Maranguape”⁷⁹. Joaquim Pires Machado Portela, que ocupava aquele cargo Executivo, poderia até prescindir das informações oferecidas pelas autoridades religiosas, caso não fosse uma exigência legal⁸⁰. Ele conhecia José Vicente Junior muito bem e há algum tempo. O administrador público se tornara Sócio Honorário em 1863⁸¹.

Na primeira metade da década de 1870, quando era suplente de Valois, José Vicente Junior lecionava Primeiras Letras no prestigiado Colégio de Órfãos do Recife⁸². Nos primeiros anos do Liceu de Artes e Ofícios, o filho mais velho de José Vicente Ferreira Barros também lecionou a mesma disciplina que oferecia aos meninos desvalidos⁸³. Vejamos os demais lentes da escola profissionalizante. Em 1872, João dos Santos Ferreira Barros, que tinha escolaridade secundária, saiu da cadeira de Geometria e

⁷⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-24, fls. 160-161v e 290.

⁷⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 68v.

⁷⁸ Idem, fls. 45 e 57.

⁷⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 490.

⁸⁰ Segundo a Lei de número 369 de 14 de maio de 1855 (“Da Nova Organização da Instrução Pública Provincial”), as atestações emitidas pelos párocos eram documentos fundamentais para que um indivíduo exercesse a carreira docente da Instrução Pública. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Colleção de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco*, Tomo XVIII, anno de 1855, Pernambuco, Typographia de Manoel Figueiroa de Faria, 1855, p. 34.

⁸¹ Marcelo Mac Cord, *Andaimas, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 140.

⁸² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-25, fl. 598. Códice IP-26, fl. 255. Códice IP-29, fl. 82-82v.

⁸³ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fls. 34v e 83.

Arquitetura. A partir daquele ano, o curso foi desmembrado. A primeira disciplina foi ocupada interinamente por Jorge Dornellas, sócio desde princípios da década de 1860⁸⁴. Ele era músico, advogado e ex-professor de Francês da associação⁸⁵. As aulas desta língua estrangeira foram ministradas por Manoel Barbosa de Araújo⁸⁶. O pernambucano juramentou como Sócio Honorário em 19 de maio de 1871; nessa ocasião, ele residia na Rua Formosa, era empregado público e diretor de colégio⁸⁷. É provável que o título honorífico tenha sido concedido como forma de agradecimento, pois, antes de sua filiação, o representante da “boa sociedade” havia disponibilizado seus serviços à mutualista⁸⁸. Em 1872, Araújo também assumiu interinamente o curso de Língua Nacional (Gramática Portuguesa)⁸⁹. Entretanto, a partir de 1873, Antonio Basílio Ferreira Barros retornou à titularidade da cadeira, que havia sido sua nos anos 1860⁹⁰.

O filho mais novo de José Vicente Ferreira Barros entrou na entidade artística em 1852, quando ainda era oficial e tinha 17 anos⁹¹. Na época em que o então mestre entalhador pardo reconquistou a cadeira de Língua Nacional, muitas coisas haviam ocorrido em sua vida. Em finais de julho de 1871, quando ainda era aluno-mestre da Escola Normal, localizada no Recife, Antonio Basílio foi nomeado Professor Público de Primeiras Letras da Vila das Flores⁹². A grande distância entre sua escola e a cidade do Recife fez com que o artífice pedisse transferência para a menos longínqua Palmeira dos

⁸⁴ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 15v. As fontes disponíveis deixaram uma lacuna sobre quem assumiu a docência da aula de Arquitetura. Em 1873, os registros indicaram que também havia sido criada uma aula de Taquigrafia. Entretanto, nenhuma referência foi feita sobre o lente que ensinou a arte de escrever por abreviaturas. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 33.

⁸⁵ Marcelo Mac Cord, *Andaimas, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 159.

⁸⁶ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872.

⁸⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 79v. Livro de Matrícula da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1862-1871, fl. 12. Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12v.

⁸⁸ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1864-1871, fl. 64.

⁸⁹ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Hemeroteca, *Jornal do Recife*, 27/1/1872.

⁹⁰ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, 1872-1880, fl. 28.

⁹¹ Marcelo Mac Cord, *Andaimas, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 104.

⁹² Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-25, fl. 635.

Garanhuns⁹³. Mesmo sem iniciar suas atividades docentes naquela primeira localidade, a mercê foi concedida pelas autoridades. A remoção foi assinada em 26 de dezembro e o requerente iniciou sua regência no dia 15 de janeiro de 1872⁹⁴. Ainda insatisfeito, Antonio Basílio solicitou uma segunda transferência para a freguesia recifense da Boa Vista⁹⁵. Em 5 de julho, o lente foi prontamente atendido e pôde manter suas rotinas na capital⁹⁶. Tendo em vista as facilidades encontradas pelo professor público, não causaria espanto saber que o Diretor Interino da Instrução Pública, João José de Pinto Junior, era Sócio Honorário desde 1871⁹⁷.

A economia do favor que trouxe Antonio Basílio Ferreira Barros para o Recife não excluiu a competência do docente ou talvez até mesmo se apoiasse nela. No início de 1873, o Conselho Diretor da “Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco” organizava uma escola normal particular na freguesia de Santo Antonio. O objetivo do estabelecimento de ensino era formar professoras primárias. Dentre outros lentes, Antonio Basílio havia sido convidado para ensinar às novas licenciandas⁹⁸. A entidade que pretendia contratar o filho mais novo de José Vicente Ferreira Barros foi fundada em 1872⁹⁹. O primeiro Estatuto dessa nova associação informa que seu escopo era promover todos os níveis de ensino, especialmente o primário. Para tanto, o grupo contrataria professores habilitados e fundaria escolas nas paróquias do Recife¹⁰⁰. É possível afirmar que o nascimento da instituição está relacionado ao projeto político mais amplo de fomento à “instrução popular”, que, entre outras realizações, viabilizou a montagem do Liceu de Artes e Ofícios que era mantido pela rebatizada “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”.

⁹³ Idem, fl. 599.

⁹⁴ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-26, fl. 278.

⁹⁵ Idem, ibidem.

⁹⁶ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-27, fl. 5.

⁹⁷ Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Matrícula da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, 1874-1901, fl. 12.

⁹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-28, fls. 74-74v.

⁹⁹ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *Instrução Pública – Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província em 31 de outubro de 1878 pelo Inspector Geral João Barbalho Uchoa Cavalcanti*, Recife, Typographia de Manoel Figuerôa de Faria & Filhos, 1878, p. 63.

¹⁰⁰ Biblioteca Pública de Pernambuco (BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa 4, Folheto 43, *Estatutos da Sociedade Propagadora da Instrução Pública em Pernambuco*, Recife, Typographia Universal, 1872, pp. 5 e 9.

O exame do organograma da Diretoria das Aulas do Liceu de Artes e Ofícios revela que, apesar de o projeto da escola profissionalizante estar vinculado aos que ocupavam o topo da pirâmide social, foram os mestres de ofício pernambucanos, descendentes de africanos ou não, que efetivamente controlaram aquela instância de poder submetida à “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Mais do que simplesmente comandar, Felix de Valois Correia exerceu com sucesso a gestão pedagógica do estabelecimento de ensino, pois conseguiu aumentar sensivelmente o número de alunos matriculados em suas cadeiras¹⁰¹. Para tanto, o perito das chamadas “artes úteis” e professor público contou com o precioso auxílio de alguns colaboradores. Entre eles estavam os irmãos José Vicente Junior e Antonio Basílio, que tinham o mesmo perfil sócio-profissional do Diretor das Aulas. Junto disto, é importante observar que, com exceção do bacharel Manoel Barbosa de Araújo, todos os sócios envolvidos com o Liceu de Artes e Ofícios eram membros da associação antes mesmo da assinatura do consórcio que vinculou ambas as entidades.

No tocante à Mesa Diretora da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”, João dos Santos Ferreira Barros ocupou a principal cadeira deliberativa, algo bastante recorrente em sua vida associativa. Conjuntamente à presença de seus aliados no Liceu de Artes e Ofícios, o mestre de obras recuperou o prestígio institucional que havia perdido na segunda metade da década de 1860, quando a Casa entrou em crise. Entre os anos de 1871 e 1874, o irmão de José Vicente Junior e Antonio Basílio venceu todas as disputas eleitorais para o cargo de Diretor da “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais”. Respeitado pelos políticos conservadores, o nome do artífice pardo também foi prontamente chancelado pelos Presidentes de Província, como bem exigia a legislação brasileira que regulava a vida associativa e que foi aprovada em 1860¹⁰². É bastante provável que, ao retornar àquela função deliberativa, o perito tenha sido obrigado a abandonar a docência do curso noturno de Geometria e Arquitetura, como enunciei anteriormente. Contudo, tendo em vista o bom funcionamento do Liceu de Artes e Ofícios, parece evidente que João dos Santos continuou e consolidou a reorganização da Sociedade, tarefa que havia sido iniciada pelo mestre de ofício Manoel Pereira de Hollanda.

Considerações finais

¹⁰¹ Marcelo Mac Cord, *Andaimos, Casacas, Tijolos e Livros*, p. 291.

¹⁰² Idem, pp. 129-130.

Neste artigo, as análises e os acontecimentos narrados indicaram algo muito relevante: o processo de implantação do Liceu de Artes e Ofícios do Recife esteve assentado em uma economia do favor entre a rebatizada “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais” e os setores das elites letradas e proprietárias que dominavam a política provincial. Em tal jogo político, que mobilizava muitos interesses (entre outros, a necessidade do governo de “moralizar” o trabalhador livre nacional e dos sócios de recriarem o monopólio artesanal), os mestres de ofício pernambucanos, descendentes de africanos ou não, continuaram no comando da Mesa Diretora e da Diretoria das Aulas. Mais precisamente, os sócios João dos Santos Ferreira Barros e Felix de Valois Correia (que tinham bom nível de escolaridade e eram respeitados publicamente) foram os principais mandatários de ambas as instâncias artísticas de poder. Além disto, também vale destacar que os representantes das ditas “artes úteis” foram, majoritariamente, os lentes dos cursos noturnos que eram oferecidos na nova escola profissionalizante, que estava provisoriamente localizada na Rua da Imperatriz.

Os valores que orientaram as estratégias e ações políticas de artífices como João dos Santos Ferreira Barros e Felix de Valois Correia permitem que percebamos suas lutas cotidianas por cidadania, reconhecimento público, mobilidade social ascendente e valorização da mão-de-obra especializada. É muito importante ressaltar as significativas conquistas destas personagens oriundas das classes subalternas, pois, no império brasileiro, era muito difícil romper barreiras étnicas e/ou sociais fortemente alicerçadas em princípios herdados do Antigo Regime. Eles alimentavam, por exemplo, alguns estigmas advindos da “impureza de sangue” e do “defeito mecânico”. O primeiro excluía dos principais corpos/estamentos, entre outros sujeitos, os homens e mulheres de pele escura. O outro, por conta da pretensa “maldição de Adão”, subestimava a capacidade intelectual dos que viviam do suor de seu próprio rosto.